



5.5. REGIMENTO DE ATOS COOPERATIVOS E NÃO COOPERATIVOS

SUMÁRIO

5. Operacional.....	3
5.5. Regimento de Atos Cooperativos e não Cooperativos.....	3
5.5.1. Introdução	3
5.5.2. Conceito de Atos não Cooperativos.....	3
5.5.3. Contabilização dos Atos não Cooperativos.....	3
5.5.4. Tributação dos Atos não Cooperativos	3
5.5.5. Considerações Finais.....	5

5. Operacional

5.5. Regimento de Atos Cooperativos e não Cooperativos

Segundo o Art. 79 da Lei 5.764/71, denominam-se atos cooperativos os praticados entre as Cooperativas e seus associados e pelas cooperativas entre si quando associadas, para a consecução dos objetivos sociais.

5.5.1. Introdução

Desde que atendidos os requisitos da legislação, considera-se ato cooperativo a operação em que a sociedade cooperativa auferir receitas ou rendas em decorrência das operações de crédito com seus associados.

5.5.2. Conceito de Atos não Cooperativos

Os atos não cooperativos são aqueles decorrentes de negócios com terceiros (não associados) e ou as operações realizadas pela Cooperativa fora de seus objetivos sociais.

5.5.3. Contabilização dos Atos não Cooperativos

Os valores recebidos de atos não cooperativos deverão ser registrados na contabilidade como “receita de atos não cooperativos”, onde a cooperativa após deduzir as despesas relacionadas a este ganho deverá levar à tributação a receita líquida.

Após a apuração do resultado do exercício social, o valor líquido advindo de atos não cooperativos deverá ser levado para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - Fates, conforme determina o artigo 87 da Lei 5.764/71.

5.5.4. Tributação dos Atos não Cooperativos

i. Despesas Dedutíveis, não Dedutíveis e Comuns

Conforme a denominação, as despesas dedutíveis podem ser deduzidas da base de apuração dos impostos. Em contrapartida, as despesas não dedutíveis não podem ser abatidas da base de cálculo.

A dedução das despesas comuns deve observar um cálculo de proporcionalidade em relação às receitas com atos não cooperativos.

Para apurar as sobras operacionais (ato cooperativo) deverá ser deduzido do valor total das receitas de atos cooperativos as despesas diretamente ligadas a elas (despesas de ato cooperativo) e as despesas comuns no valor encontrado através do cálculo do rateio proporcional.

A cooperativa irá apurar o resultado tributável (receitas de ato não cooperativo) deverá deduzir do valor total das receitas de atos não cooperativos o valor das despesas diretamente ligadas a elas e o valor das despesas proporcionais.

Dessa forma a cooperativa encontrará o valor total da base de cálculo para tributação do IRPJ e CSLL.

ii. Demonstrativo do Cálculo IRPJ/CSLL (Exemplo pela Apuração Trimestral)

Atentar-se ao adicional à alíquota do IRPJ de 10% (dez por cento) sobre a base de cálculo que exceder R\$20.000,00 por mês.

Quando a cooperativa obtiver receitas de atos não cooperativos, só poderá abater as despesas relacionadas proporcionalmente a essas, tendo a condição de se fazer mensuração deste fato através de relatórios extra contábil.

Em algumas operações poderá ocorrer a incidência do Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN, devendo a cooperativa atentar-se para a legislação municipal.

iii. Contabilização (IRPJ E CSLL) PROVISÃO MENSAL

D – 8.9.4.10.10-9 – Provisão para Imposto de Renda - valores correntes
D – 8.9.4.20.10-6 – Provisão para Contribuição Social - valores correntes
C – 4.9.4.15.00-3 – Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros

PELO PAGAMENTO

D – 4.9.4.15.00-3 – Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros
C – 1.1.x.xx.xx-x – Disponibilidades (caixa ou banco)

**iv. Apuração da Base de Cálculo do PIS E
COFINS (Atos Não Cooperativos)**

CONTABILIZAÇÃO (PIS COFINS) PROVISÃO MENSAL

- D – 8.1.9.30.00-3 – Despesas de COFINS (criar subtítulo interno)
D – 8.1.9.33.00-0 – Despesas de Contribuição ao PIS (criar subtítulo interno)
C – 4.9.4.20.90-2 – Outros (criar subtítulos internos COFINS e PIS)

PELO PAGAMENTO

- D – 4.9.4.20.90-2 – Outros (criar subtítulo interno COFINS e PIS) C – 1.1.x.xx.xx-x – Disponibilidades (caixa ou bancos)

5.5.5. Considerações Finais

O Regimento de Atos Cooperativos e não Cooperativos será aprovado e revisado a cada 2 (dois) anos, ou quando houver exigências / alterações dos órgãos normativos pela Diretoria Executiva, da **COOPERBOMBRIL** que deverá assegurar sua divulgação, bem como manter documentação relativa à disposição do Banco Central do Brasil.

Este documento é parte integrante da estrutura de controles internos e gerenciamento de riscos. Estrutura completa no **ANEXO I - ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCOS** destacada no grupo **1. Estrutura**, item: **1.1 – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS**.

Marcus Fraga Rodrigues
Diretor Presidente

João Carlos Dias
Diretor Secretário

Emerson Aparecido Sampaio
Diretor Tesoureiro